

A eficácia dos *trabalhos de casa*

Raquel Costa e Rosa Maria Fontes

IESF – ESEFafe

rosaguifontes@hotmail.com

Introdução

Com o grande volume dos conteúdos curriculares e com uma carga horária insuficiente para a realização dos mesmos, o recurso pedagógico mais utilizado pelos docentes é a atribuição de trabalhos de casa (TPC). Uma grande parte dos TPC atualmente é uma atividade complementar àquela que foi desenvolvida na aula e que não foi possível completar ou acabar.

O TPC (trabalho de casa) é a estratégia de ensino mais intemporal e comumente usada em todo o mundo, podendo provocar “amores” e “dissabores”. Apesar de muitas vezes ser definido de uma maneira elementar como as tarefas que os docentes determinam aos alunos para rematar, geralmente fora do horário letivo, o TPC por vezes é também encarado como um processo complexo cujo perímetro excede o âmbito da escola, conquistando o meio físico e familiar de cada aprendente. O TPC não se reduz às quatro paredes da sala de aula, onde o professor e o aluno são os atores primordiais,

entram em cena terceiros atores (os pais, os explicadores, os amigos, ...) cuja função pode ser fundamental para o desfecho final do trabalho efetuado. O TPC é considerado como toda a atividade pedagógica elaborada e proposta por professores, destinado ao trabalho dos alunos fora do período regular de aulas. Inclui exercícios escritos, leituras, pesquisas, resolução de problemas, atividades práticas, entre outras. O trabalho de casa é, por um lado, um dos dispositivos curriculares através dos quais a escola concretiza o seu trabalho pedagógico, por outro lado, o TPC é uma tarefa a ser realizada geralmente em casa, interpondo-se no quotidiano das famílias, redefinindo o lar como uma extensão da sala de aula e constituindo, para alguns autores, o principal meio de interação família-escola.

O tema dos TPC foi sempre um “tema” muito polémico e é cada vez mais pertinente e onde parece não existir um “acordo”. Questiona-se se se devem mandar trabalhos para fazer em casa, muitos ou poucos, sempre ou às vezes? Os trabalhos são todos corrigidos ou só “vistos”? Devem os pais ajudar? Devem os pais ensinar? Quais as vantagens e desvantagens destes trabalhos? Quanto tempo devem ocupar os trabalhos de casa? Será que os TPC podem contribuir para o (in)sucesso escolar? Será que há mais vida para além da escola? São estas questões e outros aspetos que iremos abordar ao longo do nosso trabalho.

Neste artigo, pretendemos perspetivar a importância dos trabalhos de casa em relação ao sucesso escolar dos alunos, ou seja, se os trabalhos de casa contribuem ou não para o aumento do rendimento escolar dos educandos. Começaremos pela “definição” e fases dos trabalhos de casa. Examinaremos a utilidade ou os objetivos dos trabalhos de casa em detrimento das necessidades educativas dos alunos, analisando as

diferentes posições entre pais, docentes e discentes. Procuraremos ainda estabelecer uma relação entre o ambiente familiar, as desigualdades económicas, o sucesso educativo e os TPC. Tentaremos também enunciar práticas profissionais para educadores em relação aos TPC. Enunciaremos aspetos negativos e positivos dos trabalhos de casa e analisaremos o trabalho de casa enquanto uma ferramenta de aprendizagem autorregulatória.

O TPC envolve aspetos diversificados, como a divisão de trabalho entre escola e família, a dosagem da quantidade de dever, a maior ou menor continuidade normativa entre os campos familiar e escolar, o sentido das atividades para o estudante, a desigualdade de condições de acompanhamento dos TPC entre as diferentes famílias, entre outros.

1- O trabalho de casa: definição e fases

O trabalho de casa é uma estratégia fundamental no processo de ensino-aprendizagem, constituindo uma atividade diária que envolve tempo, energia e emoções de professores, alunos e famílias (Epstein, & Van Voorhis, 2001). Atualmente é uma das estratégias mais utilizadas nas escolas em todo o mundo, inclusive as portuguesas. Há professores que utilizam os trabalhos de casa de forma intuitiva, no entanto os estudos existentes não são consensuais nesta temática, uma vez que existem resultados contraditórios quanto às vantagens e desvantagens desta estratégia. Os defensores das vantagens desta estratégia defendem que o trabalho de casa facilita a autonomia gradual dos alunos no processo de aprendizagem e o desenvolvimento da capacidade para aprender a aprender.

Esta ótica está relacionada com o conceito de autorregulação da aprendizagem. O trabalho de casa é inculcado por diversos fatores, que vão desde a preparação/planeamento, à execução e à avaliação.

O trabalho de casa é uma ferramenta educativa com uma longa história, delimitada por progressos e atrasos, no que diz respeito à sua aceitação como estratégia pedagógica.

Desde o século XIX que o trabalho de casa é objeto de reprimendas e apoios, e ainda hoje a sua utilização não é consensual entre os educadores. Têm surgido diferentes modelos teóricos sobre o processo do trabalho de casa, dos quais se destacam o de Coulter, Cooper e Rademacher. O trabalho de casa abrange três fases sequenciais. Começa com a prescrição das tarefas na sala de aula, segue com a sua realização no ambiente familiar e termina com a avaliação das atividades efetivadas em contexto escolar. Podemos realçar a importância dos vários intervenientes em todo este processo, uma vez que em contextos dissemelhantes os trabalhos de casa implicam intervenções distintas dos intervenientes educativos, como é o caso dos docentes, discentes e pais ou por outros agentes significativos que assumem um papel preponderante.

O trabalho de casa implica um conjunto de tarefas ditadas aos discentes pelos docentes fora do âmbito escolar. Nesta situação não se inclui as explicações, a preparação para testes ou exames, entre outros. Assim sendo, este é considerado como um tempo extra de estudo, orientado pelos professores.

Os estudos longitudinais permitem-nos constatar que no final do século XIX e inícios do século XX, a mente era encarada como um músculo que se fortalecia através do exercício e da memorização. O trabalho de casa outrora era encarado como

um meio de disciplinar a mente dos alunos e facilitar a memorização. Na segunda metade do século XX esta teoria foi posta em causa apelando à desvalorização da aprendizagem através do treino e da repetição, dando mais ênfase ao crescente apreço pela capacidade resolutive de problemas, iniciativa e interesse dos alunos. Entre 1900 e 1940 os trabalhos de casa começam por ser desvalorizados, uma vez que é considerado desvantajoso ou mesmo prejudicial para as crianças, injusto para os pais, intrusivo, para as famílias e ineficaz para a promoção do rendimento escolar. O trabalho de casa era mesmo entendido como um conflito entre a escola e as famílias, e como tal deveria ser erradicado. Alguns agentes educativos não corroboram esta posição, sugerindo uma reformulação dos trabalhos de casa baseados na psicologia desenvolvimental e nas teorias de aprendizagem em voga na época.

Desde a década de 50 até aos anos 60 verificasse oscilações de opiniões ideológicas acerca desta temática. Por sua vez, nos anos 80, denotaram-se alterações preponderantes relativamente aos trabalhos de casa. Ao desvalorizarem-se os resultados dos testes de rendimento, aumentou também a preocupação com um conjunto de competências imprescindíveis para competir com o mercado mundial, os trabalhos de casa voltam novamente a ganhar força por parte de educadores e políticos de diferentes posições ideológicas como forma a facilitar as aquisições pretendidas. Podemos constatar que nos dias de hoje o trabalho de casa é visto como uma mais-valia nos contextos educativos, no entanto as instituições de formação de professores atribuí-lhes pouca importância.

Coulter e Cooper demarcam o trabalho de casa em três etapas. Coulter foi um dos primeiros autores a criar um modelo temporal do trabalho de casa. Por sua vez, Cooper apresentou um modelo que contemplou várias variáveis relacionadas com as características dos alunos (idade, nível de escolaridade, ...) e com os ambientes em que os trabalhos de casa se desenvolvem (recursos familiares, estilos educativos, ...). Cooper leva em atenção as características dos trabalhos de casa em si mesmos aquando da preparação destas tarefas. Rademacher propõe um modelo explicativo do trabalho de casa, repartindo-o em três fases semelhantes aos autores anteriores.

Comparando o modelo de Coulter, Cooper e Rademacher podemos dizer que no processo do trabalho de casa devem ser consideradas três fases, duas que decorrem na sala de aula (o início e o fim), intervaladas por uma fase que decorre em casa. O início do trabalho de casa começa na preparação e marcação dentro da sala de aula. Nesta fase os professores regra geral devem ter um papel diretivo e estruturado, por forma a motivar e facilitar a realização dos trabalhos, sendo facultativo ou não materiais essenciais à realização das tarefas propostas no caso de as crianças não terem acesso aos materiais em casa, influenciando a melhor ou pior realização das tarefas. Nesta primeira fase, é imprescindível que os professores planeiem estes trabalhos de forma interessante e que estes estejam relacionados com a matéria a aprender, devendo os mesmos variar quanto à sua forma, não se limitando às formas tradicionais de fichas de trabalho. Também é importante ter em conta os passos necessários para a realização dos trabalhos de casa e recursos inerentes à sua realização, os prazos de entrega, critérios de avaliação,

ambiente familiar, o envolvimento de outros, a disciplina em questão e particularmente o nível de escolaridade. O que se pretende é que as crianças percebam que o trabalho de casa não é nenhuma maçada e que deve ser encarado com algum respeito.

Estudos recentes apontam a eficácia dos trabalhos de casa como estando dependentes de tarefas curtas e frequentes, e não o contrário. Devemos ter em conta que quanto mais simples o trabalho de casa for, há uma maior eficácia na execução do mesmo. Cooper denotou que o tempo despendido na execução do trabalho de casa por alunos de níveis de escolaridade avançados se relaciona com um melhor desempenho no seu rendimento escolar. Denotou também que é melhor a sua distribuição por temas ou disciplinas, do que centra-lo numa área disciplinar específica.

Cooper considera que os trabalhos de casa podem ser categorizados como educativos e como não educativos. Os objetivos educativos estão diretamente relacionados com a prática ou revisão da matéria, a preparação e introdução de novos temas, aquisição de competências aprendidas ulteriormente, utilizando-as em novas situações e compreendendo a integração de competências para a elaboração de um produto. Por sua vez, os objetivos educativos dizem respeito à comunicação existente entre pais e filhos, a realização das diretrizes da escola e a punição e repreensão dos discentes. Outros autores vieram realçar a importância de percebermos as razões prescritas dos trabalhos de casa, para assim percebermos a função dos docentes nos trabalhos de casa. Os trabalhos de casa é como que uma oportunidade para os alunos praticarem o que foi ensinado na sala de aula, reverem a matéria, se tornarem mais rápidos e

estudarem para as fichas de avaliação. Para além disso, os docentes podem prescrever os trabalhos de casa para assim garantirem que cada aluno está preparado para a aula seguinte, internalizando o que foi aprendido, preparando assim a matéria que futuramente vai ser ensinada, e serve ainda como forma de estímulo do pensamento e de reflexão. O trabalho de casa pode ainda, contribuir para que os discentes se envolvam mais na aprendizagem, elaborem projetos, adquiram e apliquem competências e conhecimentos específicos, promovendo-se deste modo o desenvolvimento pessoal dos estudantes, como por exemplo, responsabilidade, perseverança, autoconfiança, sentimentos de realização, estabelecimento de horários de trabalho e de estudo, entre outros. Os trabalhos de casa podem também contribuir para uma melhoria das relações entre pais e filhos, pois permite aos pais demonstrarem o seu apoio no campo escolar. O trabalho de casa também pode ter o objetivo de os docentes informarem e envolverem as famílias nas atividades curriculares dos seus educandos. O trabalho de casa pode também ser utilizado como uma estratégia pedagógica para encorajar os alunos a trabalhar em conjunto, motivando-os a aprender uns com os outros. Os professores podem prescrever estes trabalhos simplesmente para seguirem as diretrizes escolares ou para demonstrar aos pais e à sociedade que a escola cumpre os programas estipulados. Podemos ainda acrescentar que alguns investigadores consideram que o trabalho de casa por vezes é prescrito como uma punição, o que muitos autores condenam visto que irá confundir e frustrar ainda mais os alunos.

De acordo com Trautwein e colaboradores (2002), algumas investigações têm abordado os objetivos educativos do trabalho de casa, verificando-se que se pode fazer uma

distinção entre as tarefas prescritas no dia a dia (que consistem na repetição de exercícios) e as tarefas que incluem elementos de prática e/ou preparação. Os objetivos educativos dos trabalhos de casa variam consoante o nível de escolaridade dos alunos. Os professores do ensino secundário tendem a prescrever tarefas de preparação e enriquecimento das temáticas e os professores do ensino básico utilizam o trabalho de casa como uma forma de revisão da matéria ensinada. Os próprios trabalhos de casa são interpretados de maneiras distintas pelos docentes, pais e alunos.

Quando se preceitua um trabalho de casa é importante ter em conta a área de competência a promover, pois as tarefas descritas podem exigir diferentes competências (leitura, escrita, memorização, ...). O trabalho de casa pode variar em termos da complexidade cognitiva. Quando o trabalho de casa é menos exigente em termos cognitivos restringe a aprendizagem dos alunos e podem surgir distrações. Por sua vez, quando o trabalho de casa é muito complexo pode provocar frustrações nos alunos. Alguns autores consideram que é importante prescrever atividades curtas e ao mesmo tempo proporcionar aos discentes as escolhas dessas mesmas atividades.

Investigações recentes aconselham que se realize uma individualização das tarefas em certas disciplinas e em circunstâncias próprias, tendo em conta que por vezes os alunos diferem na sua capacidade de realização da tarefa ou no domínio dos pré-requisitos necessários para essa tarefa. O trabalho de casa deve ser um tema em discussão na turma.

O que se tem verificado é que existem diferenças substanciais quando o trabalho de casa é voluntário ou obrigatório, dependendo do grau de escolha do discente. Cooper e seus

colaboradores, denotaram que embora os docentes prescrevam trabalhos de casa, poucos são os alunos que executam os trabalhos propostos. Verifica-se que as decisões dos estudantes quanto ao tempo, esforço e persistência nessas mesmas tarefas, dependem em larga medida de atitudes positivas ou negativas face ao trabalho de casa. Cooper considera que os professores devem atender ao contexto social em que o trabalho de casa é realizado. No fundo, o que Cooper pretende é que determinadas tarefas sejam realizadas pelos alunos de modo independente, no entanto há outras tarefas que segundo ele necessitam da ajuda de outras pessoas (pais ou amigos), e ainda há tarefas que segundo ele implicam a realização dos trabalhos de grupo.

É essencial refletirmos sobre o modo como o trabalho de casa é realizado. Os professores devem certificar-se de que todas as explicações necessárias para a execução do trabalho de casa foram realmente feitas. As instruções de realização do trabalho devem ser dadas de forma clara, criando oportunidades para que os discentes possam colocar questões e obter as respostas. Os professores podem também tentar explicar aos alunos a relação dos trabalhos de casa com os conteúdos programáticos, apresentar diferentes formas de realização das tarefas ou encaminhar os alunos no encontro das mesmas.

A segunda fase de realização das tarefas de casa, diz respeito à execução das tarefas prescritas em casa, a responsabilidade fica ao critério dos alunos, quer no que diz respeito ao tempo disponibilizado, quer ao local e ambiente de estudo, assim como a solicitação de ajuda quando necessário.

Na escola o professor determina quais são as condições de aprendizagem proporcionando ou não a oportunidade do aluno

escolher ou não o ambiente de aprendizagem que mais lhe convém, de acordo com as suas características individuais e preferências em termos de aprendizagem – em casa é o aluno que é o gestor e responsável pelas condições de aprendizagem. A grande diferença entre o trabalho do aluno na escola e em casa consiste na ausência do docente. Há estudos representativos que demonstram que os alunos preferem realizar o trabalho de casa num determinado ambiente e sob certas condições, mas estes nem sempre têm possibilidades de utilizar o seu ambiente preferido. Algumas razões para estes acontecimentos dizem respeito ao facto da interferência dos pais e outras circunstâncias, nas condições da aprendizagem em casa, nomeadamente quando os pais não autorizam a realização dos trabalhos com outros colegas. As decisões sobre o modo de estruturar o ambiente familiar para a realização do TPC depende das necessidades e características dos alunos e das opiniões dos pais sobre o tipo de atividades que se relaciona com o contexto familiar.

Apesar de a segunda fase do TPC estar muito relacionada com o contexto familiar e com a comunidade, há autores que defendem que os professores nesta fase podem desempenhar um papel essencial através da interação com os pais. Esta interação com os pais permite aos docentes elaborarem estratégias que evitem a distração na realização das tarefas e permite também que os professores expliquem aos pais as metodologias a utilizar nos TPC para melhorar o trabalho dos alunos.

Na última fase dos TPC, que consiste na apresentação e correção do trabalho na sala de aula e uma eventual avaliação, o professor desempenha novamente um papel fulcral. O docente deve propiciar feedback, ajudando os alunos a

perceber os seus erros e origem dos mesmos, a encorajar novas tentativas de resolução dos seus enganos e utilizar o tema do TPC como tema de discussão. Segundo Rademacher, o envolvimento dos discentes na autoavaliação do TPC é importante pois assim os trabalhos podem contribuir para aprendizagens e permitir generalizações para a vida futura. Considera também que os alunos devem perceber como realizaram o trabalho de casa e como o podem melhorar no futuro. Para motivar os alunos podemos utilizar por exemplo o elogio verbal. Podemos concluir que a forma como os docentes agem no retrocedo do trabalho de casa influencia a eficácia e a utilidade desta estratégia. Os professores que não produzem feedback em relação aos TPC demonstram que estas tarefas não são importantes.

2 - O trabalho de casa e as variáveis relacionadas e mediadoras

Os estudos realizados sobre o trabalho de casa demonstram que este se relaciona com diferentes variáveis, onde a mais frequente parece ser o rendimento escolar. Contudo, muitos estudos realizados sobre esta relação apresentam resultados contraditórios. Uns defendem que o TPC está ligado a um maior rendimento escolar, por sua vez outros não encontram elos de ligação entre as variáveis, nomeadamente nos primeiros níveis de escolaridade. De uma maneira geral, as investigações têm demonstrado que a relação entre o TPC e o rendimento académico é muito complexo e depende muito da forma ou do modo como os dois construtos são definidos e avaliados. O trabalho de

casa não é, nem deve ser, uma panaceia para o facto de considerarmos que aprender é uma coisa complexa, que requer a ajuda de um especialista, de um profissional de ensino: de um professor (Meirieu, P., 1998).

O rendimento académico tem sido medido através das notas dos testes estandardizados que são muitas vezes construídos propositadamente para estas investigações e depende das notas finais dos discentes. Há investigadores que defendem que o trabalho de casa e o rendimento escolar é maior quando se usam as notas dadas pelos docentes, mas outros autores expressam opiniões opostas, considerando que os resultados dos testes fornecem dados mais válidos e fiáveis. Existem mesmo autores que defendem que as notas não deviam ser usadas para estudos sobre o TPC, pois não permitem tirar conclusões sobre o valor deste instrumento pedagógico. A ligação entre o TPC e as notas deve ser considerado apenas a nível individual, visto que as notas são multicriteriais. A atribuição de uma nota depende do desempenho do aluno, da participação, do envolvimento e do investimento nas tarefas.

Poder-se-ia esperar uma relação positiva entre as notas e o comportamento dos alunos em relação ao TPC mas, o comportamento em relação ao TPC é muito complexo pois inclui diversas variáveis, como por exemplo o tempo dispendido e o esforço realizado nessa tarefa. Pode não existir uma relação simples entre o tempo dispendido no trabalho de casa e as notas académicas. Considera-se que as notas apenas podem constituir uma alternativa aos testes, quando pretendemos analisar a ligação entre o rendimento académico e o TPC. Para analisar os ganhos de

rendimento, para além das notas e dos testes, podem-se usar investigações longitudinais, em que se comparem os resultados dos alunos no início e no fim dos estudos.

Quando nos referimos às variáveis que permitem avaliar o TPC, verificamos que o tempo dispendido na execução das atividades de casa é o indicador mais usado nas investigações e, grande parte das vezes, é medido em função do tempo usado por semana. Outras variáveis usadas para avaliar o TPC dizem respeito à frequência e à quantidade das atividades prescritas para casa. Nas investigações em que não se manipulam as variáveis associadas ao TPC, predomina uma natureza correlacional e diferencial. Recentemente através de um estudo, Rosário e seus colaboradores, verificaram que as atitudes e os comportamentos associados ao trabalho de casa se correlacionavam positiva e significativamente com os perfis autorregulatórios (Rosário et al, 2005).

A relação entre o TPC e o rendimento escolar é regulada por uma diversidade de variáveis, que se podem organizar tendo em conta as características do trabalho de casa, a influência parental e as particularidades inerentes aos discentes. Denota-se que a frequência com que o TPC é prescrito, o tempo usado nessas atividades e a quantidade atribuída, constituem fatores de influência fulcrais no rendimento escolar. Durante o século XX, o número de horas exigidas para a realização do TPC, dependeu das opiniões e das exigências das épocas, mas tem-se vindo a constatar que o tempo que as crianças usam na concretização das tarefas prescritas tem vindo a aumentar. Cooper e Valentine indicam que no segundo ano de

escolaridade a realização das atividades prescritas não deve exceder os 10-20 minutos por dia e entre o terceiro e o sexto anos, os discentes podem gastar entre 30 a 60 minutos por dia nestas atividades, nos anos posteriores o tempo gasto no TPC deve variar dependendo da disciplina em causa. Estudos realizados evidenciam que quanto mais tempo se despende na realização dos TPC, melhores resultados académicos se tendem a obter. No entanto, esta correlação parece ser mais significativa para os alunos de anos de escolaridade mais avançados. Em contrapartida, nos níveis iniciais de escolaridade parece existir uma ligação negativa entre o tempo gasto na execução do TPC e os baixos níveis de realização.

Devemos também ter em conta que os alunos não aprendem todos ao mesmo ritmo e que os diferentes alunos despendem de um tempo diferente para aprender e para adquirir competências. Podemos acrescentar que o rendimento escolar também pode influenciar o tempo gasto no trabalho de casa. Mas o tempo dispendido no TPC apresenta, segundo alguns autores, desvantagens em termos metodológicos. Pode tratar-se de uma variável ambígua, há factos em que os alunos não proporcionam a informação que os investigadores pretendem (associa-se a fatores cognitivos e motivacionais) e esta variável pode tornar-se problemática devido ao grau de correspondência entre os relatos dos discentes sobre o tempo dispendido na realização das atividades prescritas e o tempo realmente gasto.

O tempo gasto na execução do trabalho de casa está muito relacionado com a quantidade das atividades prescritas.

Estudos realizados demonstram que as atividades longas não têm efeitos positivos no rendimento escolar dos alunos, visto que uma grande quantidade de TPC pode diminuir a motivação dos alunos. Outras investigações denotaram que a utilização diária de tarefas para se realizarem em casa têm um efeito mais positivo no aproveitamento dos discentes, do que aqueles docentes que prescrevem poucas atividades.

Quando nos referimos às variáveis moderadoras associadas às características dos alunos sobressai a idade, as atitudes, o nível de escolaridade e os estilos preferidos para a execução do TPC. Quanto à idade e ao nível de escolaridade dos discentes denota-se que é nos níveis mais elevados de escolaridade que esta relação, entre o rendimento escolar e o TPC, é mais forte e os estudantes despendem mais tempo na execução das atividades prescritas. Esta relação é mais forte nos níveis mais avançados pois por um lado, os alunos mais novos são menos capazes de ignorar informação ou estímulos irrelevantes visto que não conseguem lidar eficazmente com as distrações internas e externas, por outro lado, os alunos em níveis de escolaridade iniciais não têm hábitos de estudo efetivos, não conseguem gerir o tempo com eficácia para a realização das atividades e verifica-se uma diminuição no esforço da realização do TPC. Regra geral as crianças mais pequenas sentem mais dificuldades em lidar com competências académicas básicas e demoram mais tempo a terminar as atividades prescritas. Verifica-se também que o TPC não apresenta benefícios imediatos aos alunos mais novos, apesar de potenciar o desenvolvimento de hábitos de estudo, podendo ter efeitos a longo prazo, por exemplo no ensino secundário. Há autores que salientam que é

importante incluir nas atividades prescritas a forma de “como estudar”, pois estas crianças precisam de desenvolver a atenção, obter formas eficazes de estudar e alargarem competências de gestão do tempo. Os docentes do primeiro ciclo tendem a prescrever menos TPC's do que no ensino secundário, ou seja, nos níveis mais elevados de ensino os discentes apresentam uma maior variabilidade na quantidade de tarefas realizadas.

Os docentes podem distinguir os TPC mediante as capacidades académicas dos discentes, isto é, é prescrito uma maior quantidade de TPC para os alunos que demonstram mais dificuldades. Porém esta situação parece só verificar-se nos níveis iniciais de ensino, visto que nos graus superiores o TPC é prescrito tendo em conta o material e o ritmo da turma.

As atitudes dos discentes moderam a relação entre o rendimento escolar e o trabalho de casa. Apesar de o TPC facilitar o desenvolvimento de atitudes positivas face à escola, por vezes os alunos não apreciam o papel fundamental desta estratégia na educação, avaliam o TPC como desnecessário, irrelevante, inútil, cansativo e aborrecido, ou seja, não estão predispostos nem motivados para realizar as atividades prescritas, ou realizam-nas apenas para agradar os pais e receber a sua aprovação. Podemos dizer que este instrumento pedagógico pode fomentar sentimentos negativos nas crianças, em vez de melhorar a sua autoestima e potenciar o interesse pelo desenvolvimento. Por vezes, o desinteresse por estas atividades pode relacionar-se com a qualidade das atividades prescritas. É importante que os docentes

assegurem que o TPC é valorizado e interessante e não uma tarefa desinteressante e solitária. Regra geral as percepções dos alunos em relação aos TPC são diferentes em função do ano de escolaridade (os do quinto ano têm atitudes mais positivas em relação aos do nono ano).

Considero que devemos procurar desenvolver atitudes positivas nos alunos mais novos, para que assim, desde cedo estes adotem uma postura positiva face à escola e ao TPC.

Ao estudarmos a relação entre o TPC e o rendimento escolar é pertinente colocarmos a questão da atribuição desta associação ao efeito do professor/turma, aos efeitos individuais dos discentes, ou aos dois fatores. Também constatamos que existem poucos estudos que analisem os efeitos da interação entre o TPC e as características dos alunos. Na generalidade os alunos que têm uma melhor realização escolar preferem que as atividades propostas tenham instruções claras e preferem realizar as tarefas propostas num ambiente calmo e estruturado.

Outra variável a ter em conta na concretização dos trabalhos de casa tem a ver com a cultura dos alunos (normas de comportamento aceitáveis em cada cultura). Outro dado importante na realização do TPC e que se vai relacionar também com o rendimento académico é a influência dos pais. A comunicação entre casa e escola é importante para melhorar o desempenho do TPC. Apesar do processo do TPC ter início na sala de aula, as atividades são prescritas para se efetuarem em casa, o que parece influenciar diretamente o funcionamento da dinâmica da família. A importância da influência parental sofreu muitas alterações

ao longo do século XX. Entre as duas grandes guerras denotou-se que grande parte dos pais defendiam que se utiliza-se o trabalho de casa, mas que não fosse uma grande quantidade de trabalho. Os pais acreditavam que os TPC melhoravam a aprendizagem. A literatura sugere que os pais se devem envolver no trabalho de casa dos filhos, visto que o seu apoio marca a diferença e o seu envolvimento é desejado e esperado quer pelas crianças, quer pelos professores. Estudos realizados evidenciam que as mães tendem a ser os agentes educativos mais envolvidos na educação das crianças mais novas, quando comparado com os pais. Os pais podem monitorizar a concretização do TPC e motivar os alunos a completarem as atividades. Para além disso, os pais devem responder aos efeitos do trabalho de casa com elogios ou recompensas e devem envolver-se ativamente no TPC. Os pais devem envolver-se interactivamente com as crianças e o seu TPC. Os pais podem ajudar no estabelecimento de estruturas de apoio à aprendizagem de padrões complexos de interação que visam aumentar o conhecimento das crianças sobre o TPC e de maneira geral.

Há a realçar que à medida que as crianças vão crescendo o papel facilitador dos pais em relação ao TPC tende a diminuir. Talvez porque os pais se sintam menos capazes de ensinar aos filhos temáticas cada vez mais complexas. O envolvimento parental nos TPC denota-se mais nos anos iniciais de escolaridade. Por vezes, verifica-se que as famílias entram em conflito por causa dos TPC e isso não é nada benéfico. Os pais com um baixo nível académico têm geralmente mais dificuldades em ajudar os seus filhos na realização dos trabalhos de casa. Existem estudos que

indicam que a ajuda dos pais na execução dos TPC é benéfico e existem outros que dizem exatamente o contrário. Os pais podem e devem procurar manter interações divertidas e positivas com os seus filhos durante a execução das tarefas de casa. Estes elos de ligação positivos podem proporcionar nas crianças um agrado por parte do TPC, pois o interesse dos pais face a aprendizagem e a escola parece influenciar as atitudes das crianças em relação à escola.

Os benefícios da participação dos pais nos TPC dependem também da colaboração da escola. O contacto entre pais e docentes é importante e os professores devem questionar os pais sobre as estratégias usadas no ambiente familiar e devem até sugerir estratégias úteis para a realização do TPC. Atualmente assistimos a uma reduzida disponibilidade para os pais acompanharem os TPC. Emerge então a necessidade de substituir ou complementar o apoio ao TPC através de outros meios, como por exemplo os ATL's (Centros de Atividades de Tempo Livre), que respondem às necessidades dos alunos de maneira individual, com um ambiente estruturado e com locais específicos de estudo.

A concretização do trabalho de casa envolve a interação de diversos fatores, ou seja, depende das práticas educativas dos professores, dos pais e das características dos alunos. Aos alunos devem ser dados trabalhos de casa que eles consigam resolver com sucesso. Os trabalhos de casa não devem envolver a continuação da instrução, mas a continuação da prática ou a preparação para o conteúdo do dia seguinte. Deve ser dado um feedback acerca dos trabalhos de casa. Muitos professores verificam apenas se

os trabalhos foram executados. O que isto revela aos alunos é que não importa como é que os trabalhos de casa foram feitos, desde que sejam feitos. Os alunos descobrem rapidamente que a tarefa é a de pôr alguma coisa - qualquer coisa - no papel. Um método para dar feedback é envolver os outros alunos na correção dos trabalhos de casa.

E se os alunos não fazem os trabalhos de casa? Isso é um problema difícil nas escolas em que não foi comunicada a importância da execução dos trabalhos para casa ou em escolas onde os pais não valorizam os trabalhos de casa. As regras para fazer os trabalhos de casa devem ser justas e claras, e as consequências para a não-execução devem ser estabelecidas durante a primeira semana de aulas. Uma consequência, por exemplo, pode ser uma nota mais baixa para um certo número de trabalhos não executados, e se o aluno passar para além desse nível, o professor pode envolver os pais. Um professor tem de fazer constantes ajustes nas suas práticas durante o ano, assim como de ano para ano. Os professores fazem, de facto, diferença através das suas sensibilidades e perceções acerca dos seus alunos, tal como através do seu conhecimento académico.

3 - Os efeitos positivos e negativos do trabalho de casa

A prescrição de trabalho de casa tem estado associada à influência de posições ideológicas, políticas bem como a concepções sobre a educação, em geral, e a aprendizagem, em particular (Cruz, J. S. F., 2006). A possível influência positiva das atividades de trabalho de casa parece continuar a ser alvo

de alguma controvérsia, na medida em que a investigação nesta área não tem permitido chegar a resultados conclusivos e os argumentos a favor ou contra baseiam-se, sobretudo, em dados de opinião. Deste modo, a questão sobre o efeito positivo do TPC na aprendizagem continua a ser levantada. Em muitos estudos, o trabalho de casa aparece correlacionado com o aumento do aproveitamento escolar, em certas circunstâncias relacionadas com o tipo de TPC e com o tempo de demora da correção. Por esse motivo, as preocupações dos educadores vão, atualmente, no sentido da identificação dos tipos de TPC mais favoráveis. Os TPC podem estimular o aspeto lúdico e incluir elementos de descoberta.

A realização e o completamento das tarefas de TPC prescritas possibilitam ao aluno o tempo e a experiência necessários à maturação das matérias e assuntos aprendidos na escola, ao seu ritmo e sem os constrangimentos que, por vezes, o ritmo das aulas impõe. Os trabalhos de casa devem ser prescritos pois estimulam a prática e treino das matérias e conteúdos abordados nas aulas e a preparação para as aulas seguintes, possibilitando uma participação ativa dos alunos na sua aprendizagem. A realização das tarefas prescritas pode ser uma boa forma de o aluno aprender a gerir o seu tempo, de fortalecer ou construir o sentido da responsabilidade ou até mesmo descobrir o sentido da valorização do esforço e da perseverança no alcançar dos objetivos. O estabelecimento de bons hábitos de estudo, a organização e gestão do tempo, a responsabilização pessoal, a promoção da autonomia e do controlo autorregulatório são exemplos de objetivos que o TPC se propõe alcançar desde os primeiros anos de escolaridade. A concretização de objetivos tão ambiciosos depende em larga

medida de uma colaboração e entendimento entre docentes, alunos e pais.

A possibilidade de expandir o número de horas passadas em atividades de aprendizagem, não é, por si só, suficiente para tornar o trabalho de casa útil e necessário. Resta saber até que ponto os resultados obtidos são significativos em relação ao aproveitamento. Estudos realizados em diferentes áreas, como a matemática, as línguas estrangeiras, entre outras, vieram trazer outro contributo ao evidenciarem que o TPC tem efeito positivo quando conta com o envolvimento dos pais, independentemente do seu nível socioeconómico ou cultural. O envolvimento dos pais na educação dos filhos é, hoje em dia, um tópico que ganha cada vez maior importância. A influência parental desempenha um papel preponderante tanto no desenvolvimento cognitivo da criança, como no seu aproveitamento. Para além da importância das atitudes dos pais e da qualidade da sua interação com os filhos, é, efetivamente, necessário que trabalhem com eles em casa. Os pais de nível educacional mais desfavorecido podem e devem ser estimulados nessa tarefa e orientados sobre os modos de a exercerem. Torna-se necessário que sejam dadas aos pais instruções concretas quanto ao modo como se espera que ajudem os filhos no trabalho de casa, para além dos professores se manifestarem disponíveis para qualquer esclarecimento. Parece-me importante que os professores tomem a iniciativa de contactar os pais e os levem a partilhar com os seus filhos e com os próprios professores as responsabilidades da aprendizagem. Apesar de muitos pais terem pouca confiança nas suas capacidades, eles devem aperceber-se e convencer-se de que podem e devem ajudar os seus filhos.

A utilidade do trabalho de casa é algo muito polémico. O trabalho de casa para uns é considerado vantajoso, para outros é visto como “inconveniente”. As principais justificações presentes na literatura para a prescrição do TPC relacionam-se com um menor número de reprovações e uma melhor perceção das matérias estudadas. Mas há quem defenda que se os alunos perderem muito tempo nas tarefas académicas tendem a impacientar-se e a sua realização tende a diminuir. Há até autores que consideram que o TPC poder ter vantagens e desvantagens ao mesmo tempo, por exemplo o TPC pode fomentar hábitos de estudo e ao mesmo tempo conter o acesso a ocasiões de lazer.

O trabalho de casa pode facilitar aos discentes angariar a linguagem usada na sala de aula, incrementarem hábitos de estudo, fortalecerem as aprendizagens realizadas, implementarem autodisciplina, responsabilidade e até tornar os alunos mais independentes.

O trabalho de cada pode também servir para passar a mensagem de que a aprendizagem pode acontecer em qualquer local, a qualquer hora e não apenas na escola. O TPC pode ser útil para os pais perceberem o desempenho escolar dos filhos e para os docentes otimizarem a aprendizagem dos alunos. Segundo Cooper, as vantagens do trabalho de casa poderiam-se agrupar em quatro categorias. A primeira diz respeito aos efeitos académicos imediatos (melhorias no pensamento crítico e na reserva de conhecimentos factuais), a segunda refere-se aos resultados não académicos (mais autodisciplina, melhor organização do tempo, responsabilidade...), a terceira liga-se ao envolvimento parental (mais interesse e participação dos pais na vida escolar, para além de um melhor conhecimento do que os filhos fazem na

escola) e a quarta diz respeito aos efeitos académicos a longo prazo (incentivo à aprendizagem, melhor atitude perante a escola, melhores competências e hábitos de estudo). O trabalho de casa poderá até se relacionar com o desempenho de uma futura profissão, ou seja, pode fortalecer o desenvolvimento de atitudes que são enaltecidas no mercado de trabalho. O TPC pode servir como um instrumento que facilita a gestão do tempo na sala de aula, que consequentemente causará uma melhoria nas notas dos alunos.

Mas o trabalho de casa também tem inconvenientes causados pelos discentes, docentes ou pelos pais. Skinner considera que as crianças por vezes não executam os TPC por causa da ausência de recursos materiais, devido à falta de tempo para realizar as tarefas, por causa da dificuldade de compreensão das atividades visto que os alunos por vezes não se apercebem do erro e porque muitas das vezes os discentes não possuem conhecimentos prévios sobre os conteúdos das atividades prescritas. Há também estudos que nos mostram que o trabalho de casa provoca uma maior fadiga física e emocional, diminui os momentos de lazer e provoca o alargamento do fosso existente entre os bons e os maus alunos. O TPC pode provocar uma maior ansiedade, pode diminuir a motivação dos alunos, pode provocar aborrecimento pois os discentes despendem muito tempo na mesma tarefa e ficam com pouca disponibilidade para outras atividades. O trabalho de casa pode contribuir para que as crianças desenvolvam um tipo de personalidade reprovável, exemplo disso é a cópia dos trabalhos de outros alunos, o abuso excessivo da ajuda de outros ou a promoção de situações de batota. O TPC pode marcar em termos sociais as

desvantagens entre os alunos, pois existem diferentes recursos escolares (por exemplo, as crianças mais desfavorecidas têm uma maior probabilidade de não possuírem um local adequado para realizarem o trabalho de casa). Podemos ainda acrescentar que o TPC pode-se edificar numa fonte de conflitos entre a escola e a família e intrafamiliares. É necessária uma colaboração entre a família e a escola e esta articulação pode ser fonte de discórdia entre docentes e pais. Até dentro da própria família podem aparecer problemas por causa da falta de recursos e tempo por parte dos pais para acompanharem a execução destas atividades. Os TPC podem ainda causar disfunções na vida familiar, pois podem intrometer-se nos “ensinamentos” dos pais ou podem provocar ressentimentos nos pais por estes não terem disponibilidade para ajudar os filhos ou não se sentirem competentes.

Podemos concluir que a realização do trabalho de casa e os seus efeitos no comportamento e aprendizagem dos alunos sofrem a influência de múltiplos e complexos fatores, desde a preparação/planeamento, à execução e à sua avaliação, assim como aos protagonistas envolvidos (Cruz, J. S. F., 2006). O trabalho de casa poderá assim ser encarado convenientemente ou inconvenientemente.

4 - O trabalho de casa como uma ferramenta de aprendizagem auto-regulatória

Para além do impacto no rendimento escolar, o trabalho de casa pode ser considerado como um instrumento fundamental

para o treino da autorregulação dos alunos. Mas para isso é necessário que existam condições escolares e familiares adequadas. Não há uma definição simples e direta para a autorregulação da aprendizagem. A autorregulação não é algo que acontece às pessoas, mas algo que acontece através das pessoas. A autorregulação parece ter início com o começo da vida pois o Homem tem capacidades de desenvolver os seus sistemas autorregulatórios e é adaptável desde que nasce. A autorregulação varia consoante a idade e o nível de desenvolvimento do sujeito. Apesar de todos os modelos sobre a autorregulação da aprendizagem apresentarem diferentes posições, todos consideram que a proactividade dos indivíduos na sua aprendizagem e a capacidade dos alunos perceberem a proficiência dos processos de autorregulação são importantes e provocam um melhor desempenho académico. Os sujeitos elaboram ativamente os seus objetivos, as suas estratégias, e podem controlar e monitorizar a sua própria motivação, o seu comportamento e a sua compreensão. Considera-se também importante um feedback eficaz, circular que permite que os indivíduos avaliem os resultados e adotem estratégias diversificadas. Algo importante é também saber porque é que os discentes não são autorregulados em algumas aprendizagens, denota-se que o comportamento autorregulado requer elaboração, empenho e monitorização.

Alguns autores consideraram que os comportamentos autorregulatórios estavam intimamente relacionados com o reforço externo. Reporta-se para a automonitorização, autoinstrução e autoavaliação. Também à a realçar a importância da relação entre o comportamento dos sujeitos e o contexto em que são produzidos.

Em oposição, a perspectiva fenomenológica vai otimizar a importância das autopercepções como sendo a principal fonte de interferência no comportamento humano (na aprendizagem e no rendimento escolar). Considera-se também importante a autoavaliação por parte dos sujeitos, pois isso influencia o planeamento e os objetivos. É uma abordagem mais focalizada nos sujeitos e não tanto no meio físico e social onde decorre a aprendizagem.

Outra corrente que tenta explicar e estudar a autorregulação da aprendizagem é a cognitivo-construtivista, que pressupõe que os discentes desempenham um papel ativo na sua aprendizagem. Outra corrente é a sociocognitiva que considera que as motivações, os comportamentos e as cognições são influenciadas pelo sujeito e pelo meio físico e social. Podemos dizer que o trabalho de casa envolve muitas destas características mencionadas anteriormente (motivação do sujeito, comportamento, ambiente físico, cognições, ...). A realização do trabalho de casa implica a concretização de diferentes tarefas, como anotar as tarefas, encontrar os materiais necessários para a realização das tarefas, um sítio e tempo oportunos para trabalhar e terminar as atividades propostas, que posteriormente serão levadas para a escola e entregues ao professor. As competências autorregulatórias são importantes na execução dos TPC e para além disso, o TPC também promove a aprendizagem autorregulada, visto que o aluno deve começar a realização das tarefas por si mesmo, sem necessitar de avisos ou supervisões constantes, e para além disso deve executar os TPC de forma quase independente. O TPC ajuda a aprender a administrar o tempo de forma correta, desenvolve o sentido da responsabilidade,

valoriza o empenho ou o esforço e coopera na prossecução de objetivos e autodisciplina. Podemos dizer que deste modo promove-se e desenvolvem-se competências de autonomia, constroem-se bons hábitos de estudo e de controlo autorregulatório. Poucos são os estudos que analisam a influência do TPC no desenvolvimento dos processos de autorregulação da aprendizagem. Segundo Van Voorhis e Warton, o trabalho de casa apresenta objetivos diferentes, dependendo do ano que o aluno frequenta, ou seja, um aluno do ensino básico tem objetivos diferentes para o TPC, em relação a um aluno do ensino secundário, e a sua dinâmica varia ao longo dos anos. Segundo um estudo realizado por Cooper os alunos do 6ºano parecem ser mais responsáveis do que os alunos do 2º ano, porque os do 6º ano tinham uma maior autorregulação. Os alunos à medida que os anos avançam, tendem a ser mais autorregulados e fazem o trabalho de casa com maior frequência, tendem a ser mais autónomos. Em grande parte das investigações já realizadas denota-se que a autorregulação da aprendizagem está intrinsecamente ligada com o TPC, recorrendo a diferentes competências que se vão desenvolvendo ao longo da vida e do tempo. Podemos dizer que o TPC exige que os alunos tomem a iniciativa e sejam responsáveis pela execução das atividades propostas, permite também que estes sejam construtores ativos do seu conhecimento e que atribuam um significado e um sentido ao meio que os rodeia. É importante realçar que nos primeiros anos de escolaridade as crianças não possuem todas as competências e é por isso essencial que os adultos controlem a execução dos trabalhos de casa. Este apoio torna-se menos direto à medida que as crianças vão crescendo e à medida que o comportamento autorregulado das crianças se

desenvolve. Segundo Warton, o trabalho de casa desenvolve nas crianças o sentido e responsabilidade e facilita o estabelecimento de crenças e de padrões de estudo. À medida que os alunos reconhecem as estratégias utilizadas no TPC, como causando impacto na sua aprendizagem, começam a responsabilizar-se pela sua aprendizagem. Podemos dizer que o TPC é importante e é fundamental para as crianças treinarem e desenvolverem a sua maturidade enquanto seres aprendentes. Através do TPC, as crianças ficam mais capazes de lidar com os erros e dificuldades implícitas na aprendizagem, e sabem quando necessitam de ajuda e como a podem procurar e obter. Um dos aspetos muito relatado na literatura sobre a execução dos TPC é a capacidade das crianças lidarem com a distração (televisão, barulho dos familiares, ...). Em alguns estudos realizados patenteou-se que as crianças que viam mais televisão, despendiam menos tempo na execução dos TPC. A televisão pode comprometer o envolvimento das crianças em atividades intelectualmente estimulantes, isto porque a televisão possui imagens e efeitos visuais e auditivos, tornando-se mais atrativa para as crianças do que as atividades escolares em si mesmas.

Na etapa anterior à execução do TPC, os alunos tendem a definir objetivos, por exemplo através da elaboração de listas de tarefas ou identificando um método eficaz para atingir os objetivos traçados. O planeamento dos TPC é importante para a existência de uma rotina previsível. Mas os discentes precisam de ter motivação para realizar as tarefas prescritas. Existem três crenças motivacionais que são, regra geral, associadas ao desempenho escolar, estas relacionam-se com

as percepções de autoeficácia, com as expectativas dos seus resultados e com o interesse demonstrado nas tarefas.

Os alunos podem regular (ou aprender a regular) ativamente a sua cognição, a sua motivação e o seu comportamento, processos autorregulatórios que lhes permitem ser capazes de alcançar os seus objetivos, melhorando simultaneamente o seu rendimento académico (Silva, R. M. F.M., 2004).

Os processos autorregulatórios implicados durante a realização do TPC relacionam-se com a gestão do tempo, com a estruturação do ambiente, com a procura de ajuda e com a atenção e a ação demonstradas (incluiu a automonitorização, ou seja, saber em que ponto é que nos encontramos). A gestão do tempo remete-nos para a previsão e organização do tempo de estudo, ou seja, os alunos tendem a organizar o seu dia de modo a assegurar que todas as atividades sejam concretizadas, entre elas o TPC. A estruturação ambiental relaciona-se com a organização e criação de um local de estudo eficaz para que as tarefas prescritas sejam executadas convenientemente, e onde por vezes é necessária a procura de ajuda externa (estratégia de aprendizagem através da qual os discentes pedem ajuda aos pais, aos professores, ..., que possuem fontes de conhecimento diversas que asseguram uma melhor realização das atividades prescritas). Os alunos podem também utilizar estratégias de autorregulação, recorrendo a suportes materiais (calendários, horários, ...) que facilitem a realização dos TPC, desenvolvendo a capacidade de organização e potenciando a autorregulação

Para que o trabalho de casa facilite o desenvolvimento da autorregulação é essencial que existam condições desenvolvimentais e que estejam presentes determinadas características no contexto familiar, isto porque a criança contrafaz e é afetada pelo trabalho de casa e pelos contextos em que o executa.

5 – Conclusão

As crenças pessoais do aluno sobre a sua maior ou menor capacidade de aprender, bem como as atribuições dos seus sucessos e fracassos, são determinantes no posicionamento adotado em face do rumo ou redirecionamento da sua própria aprendizagem e do que pensa acerca dos TPC. O tema dos TPC foi sempre controverso e é, cada vez mais ou menos consensual!

A expressão “trabalhos de casa” contem em si dois conceitos poderosos – trabalho e casa. Um trabalho, que para as crianças que frequentam o ensino obrigatório, se prolonga em casa, isto é na esfera doméstica, sendo que a responsabilidade pela sua boa execução passou a ser dos pais e já não só da escola. No entanto, quando os pais trabalham fora de casa, este tipo de atividade estende-se às instituições que se ocupam das crianças no horário pós-escolar como é o caso dos ATL (Centros de Atividades de Tempo Livre). A escola ao passar os “deveres” para os pais ou para o ATL espera que esta função seja bem desempenhada e contribua para o

desenvolvimento e progresso da escolarização das crianças, tornando a escolarização a essência da sua vida.

Podemos por um lado, ser contra os trabalhos para casa quando estes não contribuem para o desenvolvimento do aluno, que sendo em grande quantidade (muitas vezes são tantos que a criança não conseguiria realizar numa manhã de trabalho junto do seu professor) se tornam um castigo. Podemos também ser contra os trabalhos de casa quando o aluno não os pode realizar de forma independente, por não os compreender ou não ter capacidade ou condições para os resolver e, por isso, se tornam um pesadelo.

No entanto, por outro lado, podemos ser a favor dos trabalhos de casa quando eles servem para responsabilizar os alunos pelos compromissos assumidos, envolver os vários intervenientes e contextos no processo de aprendizagem da criança, sistematizar aprendizagens significativas, ajudando-a recuperar dificuldades, estimulando a criatividade. Assim sendo e porque não podemos esquecer que as crianças e jovens necessitam de tempo para brincar, jogar, ouvir música ou, simplesmente, não fazer nada, sugere-se que, os trabalhos sejam significativos, não ocupem demasiado tempo do tempo livre que têm, tenham um carácter livre, responsabilizando o aluno ao mesmo tempo que o incentivamos a fazer alguma coisa significativa, se promova os grandes ou pequenos esforços feitos na realização dos mesmos, se reconheça publicamente (turma e família) quem os faz, seja elogiando ou divulgando o produto. Aos alunos que não são sensíveis a este tipo de incentivo, devemos recorrer a outras estratégias, tipo contrato de trabalho e haja um dia da semana sem TPC, dia esse a escolher com os alunos e/ou outros intervenientes (pais, ATL, ...). O envolvimento dos pais na educação dos filhos é,

hoje em dia, um tópico que ganha cada vez maior importância. A influência parental desempenha um papel preponderante tanto no desenvolvimento cognitivo da criança como no seu aproveitamento.

Podemos dizer que, por um lado os docentes não dispensam a marcação e a realização do TPC porque permite que os alunos desenvolvam metas de cognição (saber o que se sabe e as melhores estratégias para se obter o conhecimento), se tornem mais autónomos e mais criativos. Por outro lado, os pais alegam a necessidade dos TPC porque este prepara os filhos para uma sociedade e para uma vida cada vez mais competitiva, proporciona uma partilha entre pais e filhos dando ênfase aos valores morais e à educação familiar, e para além disso enquanto os filhos executam os trabalhos os pais ficam com mais tempo livre para eles próprios.

Grande parte dos alunos considera o TPC como uma atividade positiva e que tem uma função essencialmente pedagógica. No entanto, os TPC podem se tornar tarefas desmotivadoras, se retirarem muito tempo às suas vidas pessoais e se forem cansativos e desgastantes devido à quantidade dos mesmos.

Bibliografia

- COOPER, H. (1989). *Homework*. New York: Longman.
- COOPER, H. (2001, 2ª ed.). *The battle over homework: Common ground for administrators, teachers, and parents*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- COOPER, H. & Valentine, J. (2001). Using research to answer practical questions about homework. *Educational Psychologist*, 36(3), 143-153.
- COOPER, H., Lindsay, J. J. & Nye B. (2000). Homework in the home: How student, family, and parenting-style differences relate to the homework process. *Contemporary Educational Psychology*, 25, 464-487.
- CORNO, L. (2000). Looking at homework differently. *Elementary School Journal*, 100(5), 529-548.
- CRUZ, J. S. F. (2006). *O Impacto do Trabalho de Casa no Rendimento Escolar. Um Estudo com Alunos do 1º Ciclo*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- EPSTEIN, J. L., & Van Voorhis, F. L. (2001). More than minutes: Teachers' roles in designing homework. *Educational Psychologist*, 36(3), 181-193.
- FRANCO, O. C. M. (2002). *Práticas familiares em relação ao dever de casa: um estudo junto às camadas médias de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG.
- KEITH, T. Z. & Cool, V. A. (1992). Testing models of school learning: Effects of quality of instruction, motivation, academic coursework, and homework on academic achievement. *School Psychology Quarterly*, 3, 207-226.
- MEIRIEU, P. (1998). *Os Trabalhos de Casa*. Lisboa: Editorial Presença.
- RADEMACHER, J. A. (2000). Involving students in assignment evaluation. *Intervention in School and Clinic*, 35(3), 151-156.
- RIBEIRO, I. S., Costa, M. & Cruz, J. (2005). Atitudes face aos TPC – Diferenças em função do ano e do contexto. *VII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia. Programa, Resumos e Atas*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

- ROSÁRIO, P. (2001). Diferenças processuais na aprendizagem: avaliação alternativa das estratégias de autorregulação da aprendizagem. *Psicologia, Educação e Cultura*, 5(1), 87-102.
- ROSÁRIO, P., Almeida, L. S. & Oliveira, A. (2000). Estratégias de autorregulação da aprendizagem, tempo de estudo e rendimento escolar: uma investigação no ensino secundário. *Psicologia, Teoria, Investigação e Prática*, 5(2), 197-213.
- ROSÁRIO, P., Mourão, R., Soares, S., Chaleta, E., Grácio, L., Simões, F., Núñez, J. C. & Gonzalvez-Pienda, J. A. (2005). Trabalho de casa, tarefas escolares, autorregulação e envolvimento parental. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 343-351.
- SILVA, R. M. F. M. (2004). *TPC's quês e porquês: uma rota de leitura do trabalho de casa em Língua Inglesa, através do olhar de alunos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- TRAUTWEIN, U., Koller, O., Schmitz, B., & Baumert, J. (2002). Do homework assignments enhance achievement? A multilevel analysis, in 7th grade mathematics. *Contemporary Educational Psychology*, 27, 26-50.
- VILLAS-BOAS, A. (1998). The effects of parental involvement in homework on student achievement in Portugal and Luxembourg. *Childhood Education*, 74, 367-371.
- WARTON, P. M. (2001). The forgotten voices in homework: Views of students. *Educational Psychologist*, 36(3), 155-165.

Sites consultados:

- ☺ nonio.eses.pt/interaccoes/verartigo.asp?cod=22
- ☹ riquita1303.blogspot.com/2006/06/os-trabalhos-de-casa-tpc-so-uma-das.html

- ☺ www.csos.jhu.edu
- ☺ www.snesup.pt/debate/atualidade/trabalhos_de_casa.htm
- ☺ www.citebase.org/abstract?id=oai%3Arepositorium.sdum.uminho.pt%3A1822%2F3184
- ☺ www.netprof.pt/servlet/getDocumento?TemaID=NPL0120&id_versao=13645